



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680169 - RS (2021/0219300-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CLEBER DA SILVA REIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLEBER DA SILVA REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Embargos Infringentes e de Nulidade n. 70084801323).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão em regime semiaberto pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, aduzindo que o paciente preenche todos os requisitos para a aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, não tendo o Tribunal de origem adotado fundamentação idônea para afastar a incidência da minorante.

Ressalta que o paciente é primário, que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP foram consideradas neutras. Assevera que deve ser afastada a habitualidade da traficância, além de inexistir prova de seu envolvimento em organização criminosa.

Requer, liminarmente, a suspensão da execução da pena até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que, cassando os acórdãos estaduais, seja reconhecida a minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Deve-se, portanto, reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente